



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUIUTI · ESTADO DE SÃO PAULO

LDO 2027

Lei de Diretrizes Orçamentárias — Exercício Financeiro de 2027

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA · 23/07/2026

Avisos

- 1 Apresentação estará disponível no site da prefeitura
- 2 2ª audiência será dia 25 de julho na Câmara Municipal
- 3 Dúvidas, críticas e sugestões apenas no final da apresentação
- 4 Sugestões podem ser feitas via formulário impresso ou site
- 5 Assinem a lista de presença



Pauta da apresentação

- 1 Conceitos e legislação
- 2 Cenário econômico
- 3 Dados financeiros de Tuiuti
- 4 Planejamento: Receitas e Despesas
- 5 Metas e Riscos Fiscais
- 6 Considerações finais
- 7 Espaço para a participação popular



PARTE 1

Conceitos e Legislação

Fundamentos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e sua base legal no ordenamento brasileiro.



O que é a LDO?

A **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** é a lei anual que estabelece as metas e prioridades da administração pública para o exercício seguinte, orienta a elaboração do orçamento (LOA) e reforça o compromisso com a responsabilidade fiscal.

Orienta o orçamento

Define prioridades e metas e baliza a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Equilíbrio fiscal

Busca o equilíbrio entre receitas e despesas e disciplina os gastos com pessoal.

Elo do planejamento

Conecta o plano de médio prazo (PPA) à execução do orçamento de cada ano.

Fonte: Constituição Federal, art. 165; Portal da Câmara dos Deputados.

O ciclo orçamentário: PPA, LDO e LOA

PPA

Plano Plurianual

Vigência de 4 anos. Estabelece diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração.



LDO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anual. Define prioridades e metas do exercício seguinte e orienta a elaboração da LOA.



LOA

Lei Orçamentária Anual

Anual. Estima as receitas e fixa as despesas para o exercício financeiro.

A LDO é o elo entre o planejamento e o orçamento — identifica no PPA as ações prioritárias e as traduz na LOA de cada exercício.

Base legal aplicável

Constituição Federal

Art. 165, § 2º

Prevê a LDO e o modelo orçamentário (PPA, LDO, LOA). Lei de iniciativa exclusiva do Poder Executivo.

Lei de Responsabilidade Fiscal

LC nº 101/2000

Reforça o equilíbrio fiscal, limita a despesa com pessoal e exige os anexos de metas e riscos fiscais.

Normas gerais de finanças

Lei nº 4.320/1964

Estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos públicos.

Referência federal: PLDO 2027 tramita no Congresso Nacional como PLN 2/2026 (Poder Executivo).

Anexos obrigatórios e prazos

Anexos exigidos pela LRF



Anexo de Metas Fiscais

LRF, art. 4º — metas de receitas, despesas, resultados primário/nominal e dívida.



Anexo de Riscos Fiscais

LRF, art. 4º, § 3º — passivos contingentes e riscos capazes de afetar as contas.

Prazos de referência (federal)

Envio ao Legislativo

até 15 de abril

Devolução p/ sanção

até 17 de julho

TUIUTI / SP

Encaminha até 1º de agosto e sanciona até 30 de setembro

Municípios observam os prazos e regras próprios, conforme a Lei Orgânica e a legislação estadual.

Funções da LDO na gestão municipal

Prioridades e metas

Define as ações prioritárias do exercício seguinte.

Orientação da LOA

Baliza a estimativa de receitas e a fixação de despesas.

Despesa com pessoal

Disciplina limites de gastos, em linha com a LRF.

Legislação tributária

Dispõe sobre eventuais alterações e seus efeitos na receita.

Equilíbrio fiscal

Assegura o equilíbrio entre receitas e despesas públicas.

Transparência

Amplia o controle social e a participação da população.

PARTE 2

Cenário Econômico

Expectativas para a economia brasileira em 2026 e 2027, segundo o governo e o mercado.



Panorama da economia brasileira

As projeções apontam desaceleração do crescimento e inflação em queda gradual ao longo de 2026 e 2027, com juros ainda elevados. Os números abaixo refletem as expectativas de mercado para o fechamento de 2026.

1,99%

PIB 2026

5,16%

IPCA 2026

14,00%

Selic 2026

R\$ 5,20

Câmbio (R\$/US\$)

Meta de inflação: 3,0% ao ano, com banda de tolerância de $\pm 1,5$ p.p. (de 1,5% a 4,5%), definida pelo Conselho Monetário Nacional.

Fonte: Banco Central do Brasil — Boletim Focus (mediana de mercado, dados até 10/07/2026).

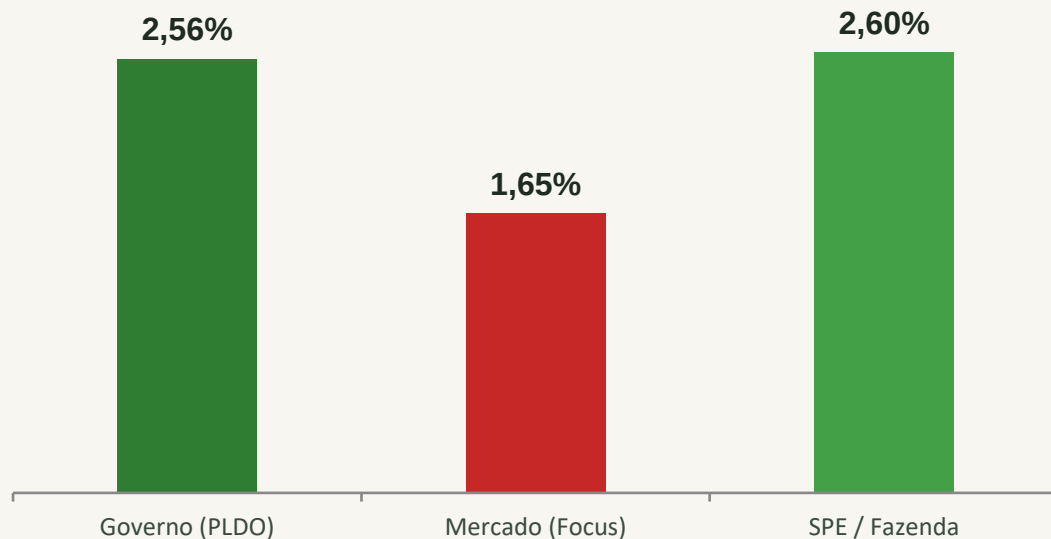
Projeções para 2027: comparativo de fontes

Fonte	PIB 2027	IPCA 2027	Selic 2027
Governo Federal — PLDO 2027	2,56%	3,04%	—
Mercado — Boletim Focus (BCB)	1,65%	4,20%	12,00%
SPE / Ministério da Fazenda	2,60%	3,50%	—

Leitura: o governo projeta crescimento mais forte e inflação menor; o mercado é mais cauteloso, com PIB de 1,65% e inflação de 4,20%. As diferenças refletem premissas distintas sobre juros, câmbio e atividade.

Fontes: PLDO 2027 (Fazenda/Planejamento); Boletim Focus/BCB (10/07/2026); SPE/MF (18/05/2026).

PIB do Brasil em 2027, por fonte



Intervalo das projeções

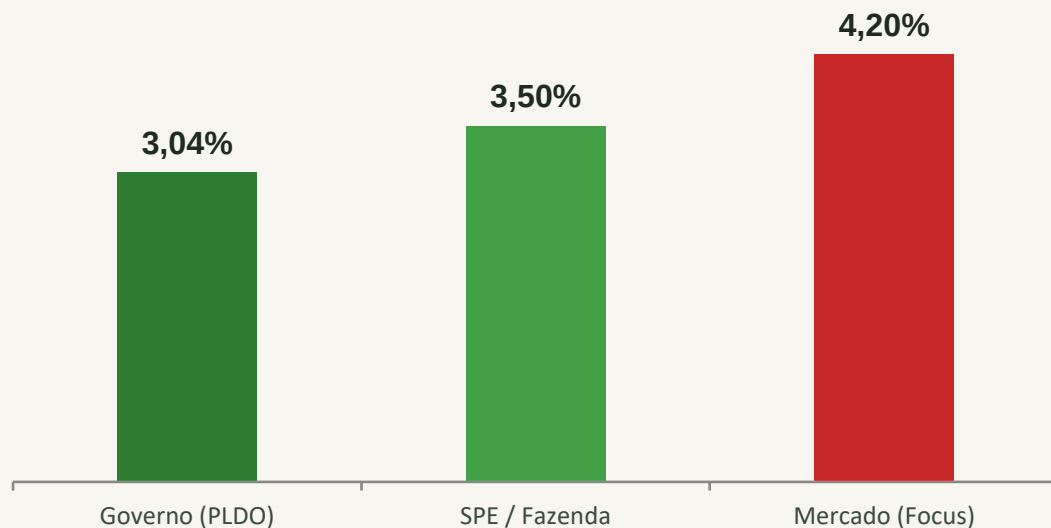
1,65% a 2,60%

Faixa de crescimento esperado para 2027 conforme as três fontes oficiais consultadas.

Crescimento moderado, típico de uma economia em desaceleração após anos de expansão.

Fonte: PLDO 2027; Boletim Focus/BCB (10/07/2026); SPE/MF (18/05/2026).

Inflação (IPCA) projetada para 2027



Meta de inflação

3,0%

Centro da meta contínua (CMN), com tolerância de $\pm 1,5$ p.p. — banda de 1,5% a 4,5%.

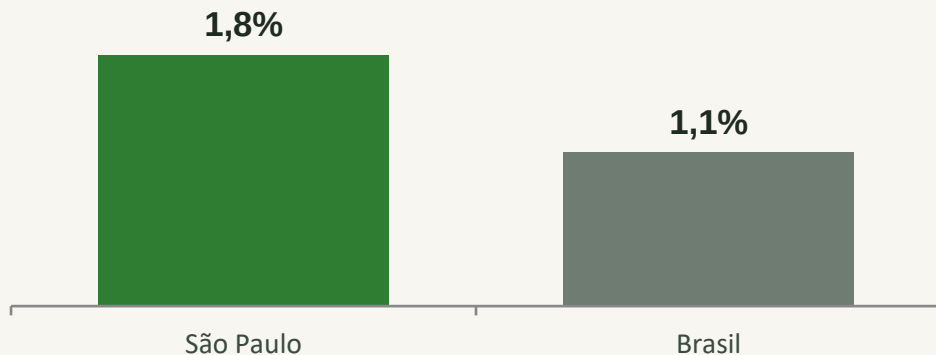
Selic 2027 (Focus): **12,00% a.a.**

Fonte: PLDO 2027; SPE/MF (18/05/2026); Boletim Focus/BCB (10/07/2026).

Economia paulista em 2026

No 1º trimestre de 2026, São Paulo cresceu acima da média nacional, puxado pela indústria. A projeção da Fundação Seade para o PIB paulista em 2026 tem estimativa central de 0,8%.

Crescimento no 1º trimestre de 2026



Projeção PIB-SP 2026

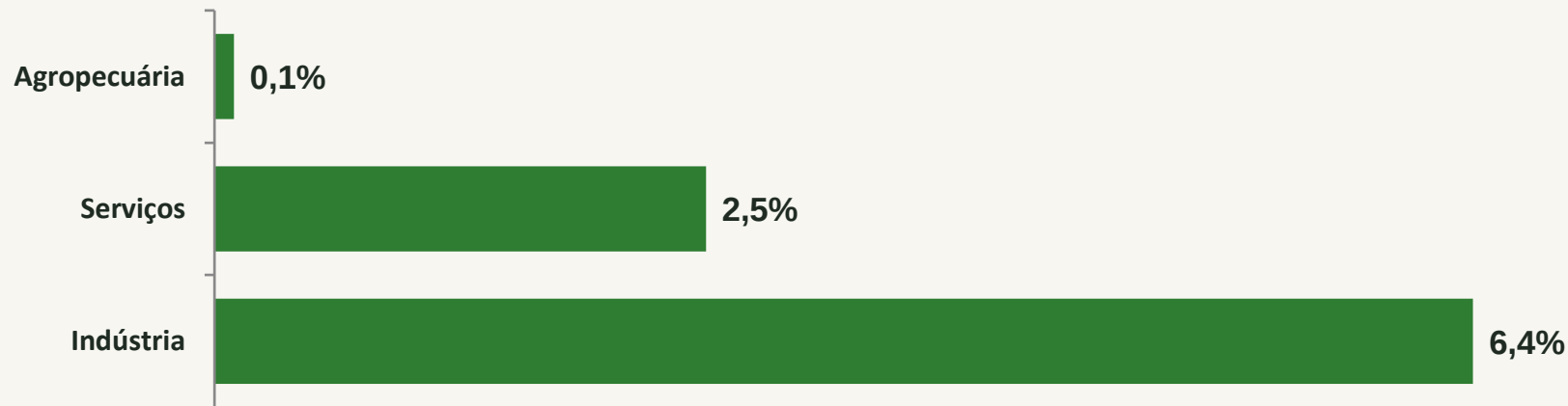
0,8%

Estimativa central da Fundação Seade, com intervalo projetado entre 0,2% e 1,4%.

Fonte: Fundação Seade — PIB Projeções (abr/2026); IBGE (PIB nacional).

Setores da economia paulista

Variação setorial em março de 2026 (no mês, série com ajuste sazonal): a indústria foi o principal motor do crescimento paulista, seguida pelos serviços; a agropecuária manteve-se estável.



Fonte: Fundação Seade — boletim de junho de 2026 (variação de março/2026, no mês, com ajuste sazonal).

Projeções 2027 em resumo

1,65–2,60%

PIB Brasil 2027

Governo, mercado e SPE

3,04–4,20%

IPCA Brasil 2027

Meta de 3,0% ($\pm 1,5$ p.p.)

12,00%

Selic 2027

Mediana de mercado (Focus)

0,8%

PIB-SP 2026

Central Seade (0,2%–1,4%)

O que isso significa para Tuiuti

Crescimento moderado e inflação em torno da meta recomendam projeções de receita prudentes, controle rigoroso da despesa com pessoal e priorização de investimentos essenciais na elaboração da LDO 2027 do município.



PARTE 3

Dados financeiros de Tuiuti

Principais elementos à considerar na elaboração das peças orçamentárias

Dependência de arrecadação: União e Estado

Descrição	Exercício de 2026	Partic.
1-RECEITAS CORRENTES	44.795.000,00	100,00%
1.1 Impostos, Taxas e Contribuições	4.176.613,62	9,32%
1.1.1-Impostos	3.656.700,00	8,16%
1.1.2-Taxas	519.913,62	1,16%
1.3-Receita Patrimonial	460.200,00	1,03%
1.3.1-Exploração do Patrimônio	6.000,00	0,01%
1.3.2-Valores Mobiliários	454.200,00	1,01%
1.6-Receita de Serviços	110.100,00	0,25%
1.6.1-Serviços Administrativos	110.100,00	0,25%
1.7-Transferências Correntes	39.785.086,38	88,82%
1.7.1-Transferências da União	20.636.969,72	46,07%
1.7.2-Transferências do Estado	9.856.116,66	22,00%
1.7.5-Transferências com Outras Inst. Publ	9.291.000,00	20,74%
1.7.9-Demais Trasnfr. Correntes	1.000,00	0,00%
1.9-Outras Receitas Correntes	263.000,00	0,59%
1.9.1-Multas	5.000,00	0,01%
1.9.2-Indenizações, Restituições e Ressarc.	250.000,00	0,56%
1.9.9-Demais Correntes	8.000,00	0,02%
2-RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00%
2.2-Alienação de Bens	0,00	0,00%
2.4-Transferências de Capital	0,00	0,00%
2.4.1-Transferências da União	0,00	0,00%
2.4.2-Transferências do Estado	0,00	0,00%
Total Geral	44.795.000,00	100,00%

Despesas com custeio (art.167-A da CF/1988)

Receita Corrente Arrecadada (Ente)	
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	R\$ 44.382.133,69
Despesa Corrente Liquidada (Ente)	
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	R\$ 41.775.358,81
Resultado do Ente Municipal	
Percentual (c) = (b) / (a)	94,13%

Fonte de informação:

Tribunal de Contas do Estado: relatório de alerta do mês de abril de 2026 "TC 4186/989/26"

Despesas com pessoal

Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	44.382.133,89	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	0,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	440.178,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	43.941.957,89	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (IIIa + IIIb)	17.830.721,77	40,58
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	23.728.657,15	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	22.542.224,29	51,30
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	21.355.791,44	48,60

Fonte de informação:

SICONFI: relatório de gestão fiscal “RGF” do 1º quadrimestre de 2026

Quadro de servidores

SERVIDORES
EFETIVOS

507

VAGAS OCUPADAS: 314

VAGAS ABERTAS: 193

SERVIDORES
COMISSIONADOS

34

VAGAS OCUPADAS: 13

VAGAS ABERTAS: 21

Estoque dos precatórios judiciais a pagar

Tribunais	Valor da Dívida	Percentual Apurado
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 11.143.195,78	99,0332971842
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO	R\$ 108.773,10	0,9667028158
Totais	R\$ 11.251.968,88	100,0000000000

Fonte de informação:

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Processo n.º 9000672-82.2015.8.26.0500/04 (fls 392)

Data: 01/01/2026

Depósitos mensais de precatórios judiciais

SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	71.502,33
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª R	697,96
Total do Dia 26.06:	72.200,29
Total do Mes 06:	72.200,29

Fonte de informação:

Sistema GOVBR CPCetil: Empenhos 482/2026 e 3120/2026

Despesas com o terceiro setor

SERVIÇOS MÉDICOS

EMPRESA BOITUVA

R\$: 5.000.000,00

SERVIÇOS ACOLHIMENTO

APAE

R\$: 55.000,00

SERVIÇOS ACOLHIMENTO

EMPRESA IRMANDADE

R\$: 175.000,00

Despesas com o transporte público

TARIFA ZERO

R\$ 840.000,00

SUBSÍDIO

INTERESTADUAL

R\$ 240.000,00

Despesas com manutenção da frota

TOTAL DE VEÍCULOS
FROTA DE 48 UNIDADES

GASTOS COM
COMBUSTÍVEIS

R\$ 600.000,00

GASTOS COM MANUTENÇÃO

R\$ 840.000,00

Possibilidade de contratação de empréstimo

FINISA (CAIXA)
VALOR PRETENDIDO
R\$ 10.000.000,00

CARÊNCIA DE 12 MESES
PAGAMENTO EM 10 ANOS
DESTINADO PARA
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA



PARTE 4

Planejamento: Receitas e Despesas

Principais fontes de financiamento e os programas de governo prioritário

Anexo I – Fontes de financiamento

Especificação		Receitas Previstas								
		2026		2027		2028		2029		Total
		Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta	
Receitas Correntes										
1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receitas Correntes	45.347.785,67	-	47.229.133,66	-	49.114.012,21	-	50.890.249,08	-	192.581.180,62
1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.743.002,34	-	3.892.722,43	-	4.041.150,97	-	4.185.625,26	-	15.862.501,00
1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receita Patrimonial	501.977,24	-	511.784,00	-	531.129,43	-	549.718,97	-	2.094.609,64
1.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receita de Serviços	130.100,00	-	135.304,00	-	140.418,49	-	145.333,14	-	551.155,63
1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências Correntes	40.709.006,09	-	42.415.075,23	-	44.116.698,75	-	45.714.995,63	-	172.955.775,70
1.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Outras Receitas Correntes	263.700,00	-	274.248,00	-	284.614,57	-	294.576,08	-	1.117.138,65
Receitas de capital										
2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receitas de Capital	1.813.279,00	-	1.500.000,00	-	1.800.000,00	-	2.000.000,00	-	7.113.279,00
2.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências de Capital	1.813.279,00	-	1.500.000,00	-	1.800.000,00	-	2.000.000,00	-	7.113.279,00
Total de Receitas		47.161.064,67	-	48.729.133,66	-	50.914.012,21	-	52.890.249,08	-	199.694.459,62
Deduções da receita										
Renúncia										
1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receitas Correntes	17.562,44	-	18.264,93	-	18.955,34	-	19.618,77	-	74.401,48
1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	17.562,44	-	18.264,93	-	18.955,34	-	19.618,77	-	74.401,48
FUNDEB										
1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receitas Correntes	4.780.330,40	-	4.971.543,62	-	5.159.467,97	-	5.340.049,34	-	20.251.391,33
1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências Correntes	4.780.330,40	-	4.971.543,62	-	5.159.467,97	-	5.340.049,34	-	20.251.391,33
Total das Deduções		4.797.892,84	-	4.989.808,55	-	5.178.423,31	-	5.359.668,11	-	20.325.792,81
Total Líquido das Receitas		42.363.171,83	-	43.739.325,11	-	45.735.588,90	-	47.530.580,97	-	
Total Geral		42.363.171,83		43.739.325,11		45.735.588,90		47.530.580,97		179.368.666,81

Anexo II – Programas prioritários

PROGRAMAS			PROGRAMAS		
Cod	Descrição	Valor	Cod	Descrição	Valor
6000	Câmara em Ação	R\$ 559.950,01	6023	Transporte Escolar de Qualidade	R\$ 2.496.586,50
6001	Administração Moderna e Competente	R\$ 1.020.763,49	6024	Merenda Escolar de Qualidade	R\$ 2.296.100,00
6002	Gestão Eficiente e Transparente	R\$ 1.291.300,00	6025	Coordenação da Educação Municipal	R\$ 882.500,00
6005	Planejamento Estratégico	R\$ 139.500,00	6026	Educação com vistas a primeira infância	R\$ 2.359.180,00
6007	Sustentabilidade e Desenvolvimento Agroambiental	R\$ 1.233.700,00	6027	Ensino Fundamental de qualidade	R\$ 7.499.000,00
6008	Cuidar é Viver: Um Programa Feito Para O Bem- Esta	R\$ 7.961.269,60	6028	Melhorias na infraestrutura da educação	R\$ 600.140,00
6009	Saúde Estruturada: Construindo um Futuro com mais	R\$ 12.000,00	6030	Gestão do SUS	R\$ 7.500,00
6011	Acesso à vida: Transporte com prioridade para quem	R\$ 2.977.645,62	6031	Encargos Gerais do Município	R\$ 1.383.280,00
6012	Farmácia viva: Cuidar com Medicamentos e Informaçã	R\$ 366.483,56	6100	Administração Eficaz	R\$ 94.000,00
6013	Vigilância em Saúde: Conhecimento, Ação, Prevenção	R\$ 215.804,00	6101	Modernização do Protocolo, Atendimento e Zeladoria	R\$ 156.000,00
6014	Gestão do Sistema Único da Assistência Social	R\$ 725.650,00	6102	Sustentabilidade Fiscal e Tributária	R\$ 179.500,00
6015	Bloco da Proteção Social Básica	R\$ 609.721,16	6103	Transparência Contábil e Responsabilidade Fiscal	R\$ 890.329,36
6016	Proteção especial - média e alta complexidade	R\$ 224.160,00	6104	Gestão de Transporte da Saúde	R\$ 116.000,00
6017	Descubra Tuiuti	R\$ 244.000,00	6105	Frota Eficiente	R\$ 1.217.000,00
6018	Programa Movimenta Tuiuti	R\$ 320.800,00	6106	Gestão em Licitações	R\$ 285.000,00
6019	Cultura e Movimento	R\$ 366.686,70	6107	Valorização e Desenvolvimento dos Recursos Humanos	R\$ 442.000,00
6020	Tuiuti Construindo um Futuro	R\$ 910.000,00	6108	Juventude no Caminho Certo	R\$ 181.000,00
6021	Melhor Caminho	R\$ 3.294.450,00	6109	Tuiuti Acessível - Transporte inclusivo para todos	R\$ 649.000,00
6022	Educação Especial Inclusiva	R\$ 537.000,00	9999	Reserva de Contingência	R\$ 50.000,00



PARTE 5

Metas e riscos fiscais

Principais fontes de financiamento e os programas de governo prioritário

Demonstrativo 1 – Metas anuais

Município de TUIUTI - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS "em estudo"
2027

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2027			
	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	43.739.325,11	43.739.325,11	-	115,713
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	43.739.325,11	43.739.325,11	-	115,713
Receitas Primárias Correntes	42.239.325,11	42.239.325,11	-	111,744
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.521.545,50	4.521.545,50	-	11,962
Transferências Correntes	37.443.531,61	37.443.531,61	-	99,057
Demais Receitas Primárias Correntes	274.248,00	274.248,00	-	0,726
Receitas Primárias de Capital	1.500.000,00	1.500.000,00	-	3,968
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	43.739.325,11	43.739.325,11	-	115,713
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	43.739.325,11	43.739.325,11	-	115,713
Dívida Pública Consolidada (DC)	9.000.000,00	9.000.000,00	-	23,810
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	4.000.000,00	4.000.000,00	-	10,582
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	2.000.000,00	2.000.000,00	-	5,291

Demonstrativo 2 – Riscos fiscais

Município de TUIUTI - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDENCIAS "em estudo"
2026

ARF(LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Pagamento de requisitórios de pequeno	50.000,00	Redução de custos operacionais	50.000,00
Majoração da alíquota de depósito dos precatórios de regime especial	700.000,00	Renegociação de contratos	700.000,00
SUBTOTAL	750.000,00	SUBTOTAL	750.000,00

Demonstrativo 2 – Riscos fiscais

Município de TUIUTI - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDENCIAS "em estudo"
2026

ARF(LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Queda nas transferências constitucionais	1.000.000,00	Renegociação de contratos Rodízio da frota pública Cortes na folha de pagamento Redução de custos operacionais	300.000,00 200.000,00 300.000,00 200.000,00
Não recebimento da Emenda Parlamentar	1.500.000,00	Renegociação de contratos Redução de custos operacionais (materiais, medicamentos e serviços de	1.000.000,00 500.000,00
SUBTOTAL	2.500.000,00	SUBTOTAL	2.500.000,00



PARTE 6

Considerações Finais

Síntese da missão da LDO 2027

Diretrizes para a LDO 2027 de Tuiuti

Receitas realistas

Estimar receitas com prudência, alinhadas ao cenário de crescimento moderado.

Despesa com pessoal

Respeitar os limites da LRF e manter o gasto sob controle.

Investimentos prioritários

Priorizar saúde, educação, estradas, infraestrutura e desenvolvimento local.

Atenção à inflação

Considerar o IPCA na revisão de contratos e na atualização de custos.

Equilíbrio fiscal

Assegurar metas fiscais consistentes e sustentáveis para o exercício.

Transparência e participação

Fortalecer o controle social e o diálogo com a população.

As diretrizes acima traduzem o cenário econômico em orientações práticas para o planejamento municipal.



PARTE 6

Espaço para a participação popular

Apresentação de sugestões, dúvidas, críticas e outros correlatos



Obrigado pela participação

A participação da população fortalece o planejamento público e a boa aplicação dos recursos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUIUTI · ESTADO DE SÃO PAULO

LDO 2027 — Lei de Diretrizes Orçamentárias